

## **A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: O PROGRAMA APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA NO CARIRI CEARENSE**

*Rodrigo Gonçalves Duarte* <sup>1</sup>

### **Resumo**

O mundo foi abalado, em 2020, por uma crise sanitária elevada ao termo pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Crianças do mundo todo foram afastadas das salas de aulas. O Ceará adotou uma política de isolamento social, com atenção especial para o ensino remoto e práticas que promovessem uma educação com equidade. A proposta deste estudo consiste em analisar a implementação do Programa Aprendizagem na Idade Certa (Mais Paic), no contexto da pandemia da Covid-19, partindo da percepção de professores sobre a política educacional. A abordagem metodológica da pesquisa é qualitativa, com um questionário aplicado a 172 professores do Cariri, com 39 questões, no total, das quais 34 eram questões fechadas e cinco questões abertas. Neste estudo, foram utilizadas as cinco questões abertas constantes no final do questionário. As análises identificaram que a implementação aconteceu com estratégias promovidas pela Secretaria Municipal de Educação (SME), em conjunto com a Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (Crede). No entanto, hipóteses apresentadas ressaltam que os apontamentos desses órgãos podem não ter sido suficientes e facilitaram a discricionariedade, por parte dos agentes implementadores. Estratégias como acolhimento, atividades impressas, videoaulas, atividades e aulas remotas, foram fundamentais para a diminuição das desigualdades e a promoção de um ensino de qualidade.

**Palavras-chave:** Mais Paic; Ceará; Covid-19; Ensino Remoto; Política Pública.

## **THE IMPLEMENTATION OF AN EDUCATIONAL POLICY IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC: THE LEARNING PROGRAM AT THE RIGHT AGE IN CARIRI CEARENSE**

### **Abstract**

The world was shaken, in 2020, by a health crisis elevated to the term pandemic by the World Health Organization (WHO). Children around the world have been turned away from classrooms. Ceará adopted a policy of social isolation, with special attention to remote teaching and practices that promote equitable education. The purpose of this study is to analyze the implementation of the

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (FAED/UFMS) Mestre em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). Especialista em Pedagogia: gestão e docência e Direitos Humanos e questão social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR); Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ao Mundo do Trabalho pela Universidade federal do Piauí (UFPI). Graduado em Pedagogia e Filosofia pela Universidade Santo Amaro (UNISA). Membro da Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais (REIPPE).



Learning Program at the Right Age (Mais Paic), in the context of the Covid-19 pandemic, based on the perception of teachers about educational policy. The methodological approach of the research is qualitative, with an experiment applied to 172 teachers from Cariri, with 39 questions in total, of which 34 were closed questions and five were open questions. In this study, the five open questions at the end of the triangle were used. The analyzes identified that the implementation happened with strategies developed by the Municipal Secretary of Education (SME), together with the Regional Coordination of Education Development (Crede). However, the explanation given came out that the notes of these bodies may not have been sufficient and facilitated the discretion on the part of the implementing agents. Strategies such as reception, printed activities, video classes, activities and remote classes were fundamental for reducing inequalities and promoting quality education.

**Keywords:** Mais Paic; Ceará; Covid-19; Remote Learning; Public policy.

## 1. Introdução<sup>1</sup>

O surto de Covid-19 foi um dos problemas que abalou o mundo, no início de 2020. Em março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) elevou ao patamar de pandemia a contaminação pelo Sars-Cov-2 (coronavírus/Covid-19) (LIMA; RAMOS; OLIVEIRA, 2022), devido à gravidade da doença e do seu rápido potencial de contaminação. Devido às altas taxas de transmissão, os governos mundiais passaram a adotar o *lockdown*, uma política de isolamento preventiva.

O fechamento das escolas, de comércios e a necessidade de isolamento social foram imprescindíveis para o controle da doença. Tal contexto fez com que as unidades escolares de todos os estados e municípios adotassem medidas para que o ensino não fosse prejudicado. A implementação de um modelo remoto emergencial foi necessária, diante da necessidade de garantir a aprendizagem (BRASIL, 2020).

O Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, e o Conselho Nacional de Educação, com as diretrizes estabelecidas no Parecer nº 05/2020, determinaram que as atividades escolares fossem desenvolvidas digitalmente, e que as unidades utilizassem as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), como forma de estabelecer um ensino remoto de qualidade (LIMA; RAMOS; OLIVEIRA, 2022).

Os autores destacam que cada estado e seus respectivos municípios, a partir da Portaria nº 343/2020 e de decretos estaduais e municipais, adequaram o uso das tecnologias à realidade escolar. Muitas escolas, no Brasil, ainda não

<sup>1</sup> Esse artigo está inserido no âmbito da pesquisa: Implementação de Políticas Educacionais e Desigualdades Frente a Contextos de Pandemia pelo Covid-19, financiada pela Fapesp, processo nº 2021/08719-0 coordenado pela profa. Dra. Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz. Essa pesquisa agrega um conjunto de pesquisadores de várias instituições nacionais e internacionais, vários deles da Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais (REIPPE). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente reflete a visão da Fapesp. Esse artigo contou com o apoio financeiro do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (Prosup) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a quem agradecemos o apoio.

oferecem acesso à internet, fato que dificultou o acesso pleno de parcela da população ao ensino remoto emergencial. Duarte, Duarte, Silva (2023, p. 124), afirmam:

Ficou evidente que a pandemia acentuou as desigualdades, principalmente no campo da educação, já que aumentou 66% o número de crianças que não conseguiram ser alfabetizadas entre 2019 e 2021, o que criou um problema político para ser resolvido pelo Estado. Observou-se no estudo que a literatura é veemente em confirmar que estes fatores são decorrentes da falta de acesso à internet, pois o Brasil apresenta dimensões continentais e disparidades regionais.

O Ceará vem implementando, desde 2007, uma política de descentralização e cooperação com seus municípios, enquanto o Ensino Fundamental, no estado, está municipalizado desde 1990 (ALBUQUERQUE, 2005).

O Programa Aprendizagem na Idade Certa (Mais Paic) foi criado a partir da experiência do município de Sobral, no governo de Cid Gomes, em 2006, e implementado em todo o estado, em 2007, com o nome de Programa de Alfabetização na Idade Certa. O foco do programa consistia em alfabetizar as crianças até o terceiro ano do Ensino Fundamental (SILVA *et al.* 2022).

A proposta passou por algumas formulações e, desde 2015, no decorrer do governo de Camilo Santana, recebeu a denominação de Aprendizagem na Idade Certa, compreendendo todo o Ensino Fundamental de nove anos e abarcando não só a alfabetização, mas a aprendizagem na idade certa, que contempla todos os componentes curriculares (DUARTE; RIBEIRO; CRUZ, 2022).

O Ceará, por meio do Mais Paic, vem implementando uma política de aprendizagem, ao longo dos anos, e tem sido destaque no contexto educacional nacional. Em 2020, devido à pandemia de Covid-19, a educação passou a adotar o ensino remoto emergencial. O programa paralisou suas atividades por 15 dias, mas logo as escolas tiveram que adotar as medidas implementadas por decretos para que o programa voltasse a funcionar por meio de atividades remotas (DAMASCENO; CHAVES; DIAS, 2022).

O governo estadual vem pleiteando, desde então, políticas que evitem a paralisação das ações educativas, visto que estudantes do mundo todo já estavam sendo prejudicados com a falta de acesso à internet e os altos índices de analfabetismo. Damasceno, Chaves e Dias (2022) destacam que o governo estadual estabeleceu medidas essenciais para que os estudantes tivessem a assistência necessária, no período da pandemia.

Segundo dados divulgados no documento *Educação do Ceará em Tempos de Pandemia: Experiências Municipais* (CEARÁ, 2021), as primeiras ações adotadas pelo governo estadual para garantir o acesso das crianças foi proporcionar acesso à internet para todos os estudantes, por meio da compra de 347 mil *chips* de internet de 20 Gigabytes (GB) como unidade de medida de informação.

O governo estadual também comprou 300 mil *tablets* e disponibilizou equipamentos capazes de transmitir as videoaulas para as 731 escolas e os 13 Centros Cearenses de Idiomas (CCIs). Além desses benefícios, o governo cearense adquiriu 28 mil *notebooks* e os distribuiu aos professores da rede.

Considerado esse panorama, a problemática que envolve este estudo é: De que forma as escolas e os professores do Cariri conseguiram implementar o Mais Paic em contexto de pandemia? De que forma as Credes e a SME deram apoio aos professores na implementação da política, em tempos de pandemia?

A proposta deste estudo consiste em analisar a implementação do Mais Paic, no contexto da pandemia da Covid-19, partindo da percepção de professores sobre a política educacional.

A abordagem qualitativa adotada é uma metodologia que está voltada, segundo Falsarella (2015), para a compreensão aprofundada do comportamento humano diante das razões que o governam.

O foco consiste em compreender como os professores do Cariri, na região sul do estado do Ceará, conseguiram viabilizar as medidas propostas pelo governo estadual. A implementação ocorreu de acordo com o esperado ou foi preciso adaptar a política? Para isso, recorreremos a um questionário, aplicado em pesquisa de mestrado intitulada *A Implementação do Programa Aprendizagem na Idade Certa (Mais Paic) no Cariri cearense* (DUARTE, 2023a). A pesquisa teve abordagem quantitativa e, para a coleta dos dados, participaram 172 (82,29%) dos professores das séries iniciais do ensino Fundamental I dos três municípios da região do Cariri cearense, Penaforte, Salitre e Santana do Cariri.

Esses municípios foram selecionados com base nos critérios estabelecidos na pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), intitulada *Implementação de Políticas Educacionais e Equidade em Contextos de Vulnerabilidade Social*, Processo nº 2018/11257-6. Os critérios foram: a) mais equitativo em situação de menor vulnerabilidade; b) menos equitativo em situação de maior vulnerabilidade; e c) mais equitativo em situação de maior vulnerabilidade.

Dentre os 28 municípios que compõem o Cariri, verificou-se que Penaforte se encontra na situação "mais equitativo em situação de menor vulnerabilidade". Esse município conta com um território de 150 quilômetros quadrados e está localizado na região leste do Cariri. Foi emancipado por meio da Lei estadual nº 4.224, de 31 de outubro de 1958. A população estimada do município, para 2021, era de 9.207 habitantes (IBGE, 2017 *apud* DUARTE, 2023a).

Salitre enquadra-se em "mais equitativo em situação de maior vulnerabilidade". Seu território abrange 806 quilômetros quadrados de extensão. Foi emancipado em 30 de junho de 1988 e possuía uma população estimada, para 2021, de 16.714 habitantes (IBGE, 2017 *apud* DUARTE, 2023a).

Por fim, Santana do Cariri está na situação de "menos equitativo em situação de maior vulnerabilidade". O município tem uma área de 855 quilômetros quadrados. Foi emancipado politicamente em 25 de novembro de

1885. Além disso, contava, em 2021, com uma população estimada de 17.726 habitantes (IBGE, 2017 *apud* DUARTE, 2023a).

Com relação ao Mais Paic, Duarte (2023a) aponta que todos os municípios que compõem a região do Cariri aderiram ao programa desde o começo de sua implementação, em 2007.

Para aferir esses dados e enquadrar os municípios nas situações apontadas, utilizamos as notas do Ideb dos municípios e o índice de vulnerabilidade social aferido pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece).

Na Tabela 1, constam alguns dados relacionados à escolha dos municípios e outros aspectos utilizados, na caracterização de cada um, neste artigo.

**Tabela 1** – Caracterização dos três municípios do Cariri

Município	IVS (2015)	Ideb (2021)	IDH-M (2010)	População Estimada (2021)	Nº de Matrícula na Rede Municipal
Penaforte	2,729	5,2	0,646	9.207	1.757
Salitre	3,695	5,5	0,540	16.714	2.238
Santana do Cariri	3,496	4,8	0,612	17.726	4.072

**Fonte:** Elaborada pelo autor com base em Ipece (2015); Inep (2020; 2021); Ipea (2010).

O questionário utilizado contou com 39 questões no total, das quais 34 eram questões fechadas e cinco questões abertas. Neste estudo, foram utilizadas somente as cinco questões abertas, que constavam no final do questionário.

Não foram utilizadas, neste artigo, todas as respostas dos professores, mas selecionados dois profissionais de cada município, a partir dos critérios: um professor efetivo e um com contrato temporário firmado pela SME; o segundo critério de seleção foi a escolha do profissional com tempo mais longo de docência na Educação Básica do município.

A análise dos dados foi realizada por meio do enfoque proposto por Minayo (2012), que compreende a interpretação como um dado inacabado, cabendo ao pesquisador sempre abordá-lo de forma dinâmica.

## 2. Fundamentação teórica

O conceito de políticas públicas é apresentado por Saravia (2006) como uma forma de enfrentar determinado problema público. Trata-se de uma maneira de enfrentamento a determinada realidade social (DUARTE; DUARTE; SILVA, 2022). Os autores também ressaltam que a política pública está relacionada a um processo de ação consolidada ou de uma atividade voltada ao social. No entanto, quem seria o agente responsável pela implementação das

políticas públicas? Farah (2018) aponta que o Estado deve ser o responsável por essa ação, uma vez que seria o único agente neutro capaz de acolher a todos de forma neutra e sem interesses particulares.

A política educacional é, segundo Jesus (2014), parte da política social, de forma que compreende ser uma ação estatal que garante a manutenção dos direitos dos cidadãos. A política educacional é uma ação do Estado que visa a caracterização do sistema de ensino, de forma que os serviços essenciais possam ser disponibilizados à população por meio das unidades escolares.

Louzano *et al.* (2018) destacam que, da mesma forma como alguns autores apontam que a área de política pública é um campo em que se analisa o governo sob o pressuposto de grandes temáticas, e abrange ações governamentais que produzem efeitos específicos na sociedade. Os autores ainda destacam que a definição de política pública é a “que afirma que as análises sobre políticas públicas devem basicamente responder às seguintes questões: quem ganha o quê? Quando? Como? E que diferença isso faz?” (LOUZANO *et al.*, 2018, p. 104).

A implementação é uma fase do ciclo das políticas públicas. Lotta (2019) argumenta que o ciclo de políticas públicas compreende as fases da formulação; agenda; implementação; e avaliação. Essas fases são dinâmicas e, segundo a autora, a política pública deve ser constantemente avaliada para que seus gestores possam perceber em que é necessário melhorá-la.

Segundo Barrete (2004), as pesquisas sobre implementação de políticas públicas começaram a surgir nos anos de 1970, e foram estimuladas pela valorização dos governos, nessa década, da mesma forma que a crescente preocupação em entender como as políticas públicas e as decisões governamentais poderiam ter bons impactos na sociedade.

Duarte (2023b, p. 108), com base em Cury (2004), destaca que “o Brasil vem, aos poucos, consolidando a pesquisa em política educacional”. Duarte (2023b, p.108) ainda pontua que o “debate tem sido enriquecedor e a reflexão a respeito dos processos de administração escolar contribuído para concretizar a gestão democrática”.

No caso das políticas educacionais, Passone (2012) aponta que devem ser tratadas à luz da complexidade que exigem do pesquisador. Mesmo os estudos de implementação trazendo bons debates, a política educacional é um estudo que exige do pesquisador um olhar mais atento e a compreensão dos contextos e atores que envolvem o sistema.

Embora as pesquisas sobre implementação de políticas educacionais tenham começado simultaneamente às das demais áreas — por meio de análise de casos de como ocorreriam as implementações de políticas e projetos em escolas —, tais trabalhos só ganharam especificidade e destaque nos estudos sobre políticas educacionais a partir da década de 1970, quando as reformas pretendidas se tornaram mais complexas e,

consequentemente, mais difíceis de ser implementadas (LOUZANO *et al*, 2018, p. 116).

Nesse sentido, conforme destaca Lotta (2019), a implementação é a fase em que os planos já formulados são colocados em prática pelos agentes responsáveis. Denomina esses agentes de Burocratas de Nível de Rua (BNRs), pois atuam diretamente com os beneficiários de uma política. Lipsky (2019) destaca que os professores são agentes implementadores de nível de rua, pois atuam diretamente com seu público.

Estudos sobre implementação têm buscado saber quais as diferenças que acontecem nos processos de implementação e formulação das políticas educacionais, da mesma forma como os BNRs entendem a política, seus objetivos e se utilizam da discricionariedade para adaptar a política à realidade de cada um deles (LOTTA, 2019).

Passone (2013) destaca que as primeiras pesquisas sobre implementação de políticas educacionais aconteceram nos Estados Unidos da América (EUA), nos anos 1960, e objetivavam compreender as políticas federais destinadas a melhorar o desempenho dos estudantes mais pobres, além de alcançar diversos temas sociais, como a eliminação da pobreza.

O autor destaca que esses aspectos se desmembraram em modelos de pesquisa e, segundo ele, foram o *top-down*, ou seja, modelo que consiste em monitorar a política e a avaliação dos agentes de implementação, avaliando, de forma contínua, os resultados obtidos.

Outro modelo destacado por Passone (2013) é o *bottom-up*, que está ligado a pesquisas cuja intenção é perceber as estratégias, ações e interações dos atores envolvidos no processo de implementação das políticas educacionais.

Mainardes (2007) destaca que a análise da política pública deve ter por foco o ciclo, que é permeado pelo contexto e a influência da política, a ação, os resultados e efeitos, bem como compreender o contexto tático de implementação. Neste referencial, as análises são sustentadas com a fala dos professores e inter-relacionadas e compreendidas com base no ciclo; em como acontece a implementação e os professores encontram as diversas possibilidades que narram no ciclo, que é entendido pelo autor como dinâmico e interativo.

### **3. O Programa Aprendizagem na Idade Certa**

O Mais Paic intenciona promover as condições adequadas para que a aprendizagem ocorra para todos os estudantes da rede pública cearense. O programa foi criado na gestão de Cid Gomes, em 2007, com base na experiência de Sobral (SUMIYA; SANO, 2021). Duarte, Ribeiro e Cruz (2022) destacam que o processo de alfabetização das crianças criou uma cultura institucional vinculada à aprendizagem dos alunos e promoveu mudança nas gestões dos municípios e das escolas.

A experiência de Sobral foi muito significativa, para a formulação do programa, pois, a partir dessa experiência, foi direcionada, para a Assembleia Legislativa do Estado, uma proposta destinada a melhorar a qualidade da educação cearense. Em 2004, foi organizado um grupo denominado Comitê Cearense, voltado para a eliminação do analfabetismo.

[...] com ao apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece), da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Ceará (Undime), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e das universidades Estadual do Ceará (UEC), Federal do Ceará (UFC), Estadual do Vale do Acaraú (UVA), Regional do Cariri (Urca) e de Fortaleza (Unifor). (CEARÁ, 2012, p. 52).

O Ceará apresentava um dos piores índices de alfabetização, do Brasil, e se considerados os fatores de vulnerabilidade social, como acesso a transporte público, saúde, educação e infraestrutura, o programa beneficiou boa parte da população, abrangendo não somente o setor educacional.

Com a implementação do programa, em 2007, o Ceará passou a acompanhar o índice evolutivo do país e chegou a médias próximas aos valores nacionais (CEARÁ, 2012). O Paic foi considerado uma proposta inovadora do estado, pois, além de possibilitar o aceleração dos indicadores, assegurou o direito à aprendizagem de milhares de crianças cearenses.

Duarte, Ribeiro e Cruz (2022) destacam que os pesquisadores do programa apontam que a proposta contribuiu de forma efetiva para a melhoria dos indicadores de qualidade, bem como para o desenvolvimento dos valores socioeconômicos das famílias cearenses.

Kasmirski, Gusmão e Ribeiro (2017) destacam que, por meio da municipalização, o estado cearense assumiu a responsabilidade de implementar o regime de colaboração, a ser realizado pelas Credes. A formulação do Mais Paic considerou o regime de colaboração, que está destacado no Art. 211 da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, os entes federados podem organizar seus sistemas de ensino colaborativamente, desde a formulação até a implementação das políticas públicas.

A primeira versão do Mais Paic conquistou, em todo o estado, uma coalização relativa ao que foi investido no âmbito da Educação. Por ser um estado pobre e vulnerável, o Ceará investiu e priorizou a alfabetização, de forma que, no desenho da política, pudessem ser garantidos os direitos de aprendizagem. “Essa primeira versão do Paic, liderada pelos próprios municípios, pode ser considerada um projeto piloto da futura versão estadual e envolveu 56 municípios” (SUMIYA; SANO, 2021, p.13).

Posteriormente, o programa passou por reformulação no desenho e, em 2015, a principal formulação foi abranger todo o Ensino Fundamental de 9 anos, além de atender não só a alfabetização, mas também desempenhar a função de equalizar a redução das desigualdades educacionais, por meio da promoção da

aprendizagem de todo o público componente na idade certa (DUARTE; RIBEIRO; CRUZ, 2022).

O Mais Paic pode ser considerado uma política pública de Educação que gera equidade, com decisões políticas e regulamentações consistentes na implementação.

[...] a implementação de políticas públicas que gera equidade advém de decisão política, e esta, por sua vez, é dependente de fatores como o comportamento das elites políticas, a força política da instituição implementadora (ter ou não mais acesso a recursos, por exemplo, pode gerar maior ou menor poder), o conhecimento e as intencionalidades que essas elites têm, a estrutura de escassez (referente aos recursos orçamentários e à qualidade dos recursos físicos e humanos), os conflitos entre grupos e a sua mediação, a burocracia estatal e sua força política e também situações demográficas. Pode-se afirmar que as regulações e suas medidas de políticas, frente ao desafio da equidade, estão estreitamente relacionadas aos contextos, medidas educativas, trajetória e dinâmica dos atores intervenientes. Por isso, torna-se relevante estudá-las, para que possamos compreender suas particularidades (RIBEIRO; BONAMINO; MARTINIC, 2020, p. 702).

A autoridade, portanto, tem preponderante papel no processo de implementação das políticas educacionais, tendo em vista que a partir das alterações e reformulações da política, acontecem novos avanços ou retrocessos, de suma importância para que a tomada de decisão por parte desses agentes públicos seja capaz de consolidar resultados positivos nas políticas que afetam diretamente a sociedade.

### **3.1 O Mais Paic na pandemia de Covid-19**

Segundo Silva *et al.* (2023), a educação do Ceará sofreu com os impactos da pandemia. O programa acabou passando por algumas mudanças, pois os professores foram obrigados a implementá-lo a distância. Segundo os autores, os professores tiveram muitas dificuldades, mas, o que fez o governo estadual para erradicar essas dificuldades?

O governo estadual, por meio da Secretaria de Educação (Seduc), lançou diversos materiais orientadores que favoreceram a aprendizagem e a implementação do ensino por parte dos professores. O documento Orientações Curriculares Prioritárias do Ceará (OCPC) serviu como base para que os professores pudessem elaborar estratégias que favorecessem a aprendizagem dos alunos diante das dificuldades de acesso à internet.

Damasceno, Chaves e Dias (2022) afirmam que os professores cearenses se valeram de diversos recursos, como foi o caso das atividades impressas. Os autores ainda destacam que as formações passaram a ser remotas, de maneira que os professores pudessem ser atendidos em suas dificuldades.

Os impactos sofridos no panorama educacional têm levantado as discussões sobre as políticas públicas e as intervenções necessárias

para perspectivas que nos remetam à real aprendizagem dos alunos e à priorização curricular para o desenvolvimento de habilidades que atendam às suas necessidades (DAMASCENO; CHAVES; DIAS, 2022, p. 5).

Outro fator a ser evidenciado é que as aprendizagens ficaram defasadas, devido à falta de mediação pedagógica. Silva *et al.* (2023) destacam que a presença do professor é fundamental, enquanto Damasceno, Chaves e Dias (2022) informam que o Ceará tem investido em materiais e documentos orientadores para que as aprendizagens possam ser recompostas.

Em 2022, o estado cearense lançou o *Caderno Voando mais Alto*, um projeto do Mais Paic que visa a recomposição das aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática. Naquele mesmo ano, foi lançado o Plano Curricular Prioritário (PCP), que ocupa o lugar das OCPCs. Nesse documento, estão traçadas metas para a recomposição das aprendizagens essenciais (DAMASCENO; CHAVES; DIAS, 2022).

O programa, além de estabelecer as habilidades a serem promovidas pelos professores, apresenta um padrão de rotina a ser trabalhado em sala de aula, de maneira que os indicadores de qualidade cearense possam se manter equalizados.

O desafio que está evidente a todas as redes de ensino, e que trazemos neste estudo como discussão, refere-se à garantia da recomposição de aprendizagens com qualidade, entrelaçados com a organização do tempo e do espaço nas escolas que possuem a missão de executar esta proposta de trabalho pedagógico para os alunos com defasagem nas aprendizagens essenciais (DAMASCENO; CHAVES; DIAS, 2022, p. 15).

No estudo, Damasceno, Chaves e Dias (2022) destacam que o Ceará apresenta muitas dificuldades na implementação do Mais Paic, pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que a alfabetização deve ocorrer até o segundo ano, no entanto, crianças do 3º, 4º, e até do 5º ano, estão tendo dificuldades de leitura, escrita e interpretação de textos. A recomposição é um aspecto que se faz essencial, diante da realidade que apresenta o Ceará e o restante do país.

### **3.2 O Cariri Cearense**

O Cariri pertence à região sul do Ceará e é composta de 28 municípios. Segundo o Planejamento Participativo & Regionalizado (CEARÁ, 2021), esse território tem uma população estimada de 1.031.033 habitantes e conta com área territorial de 17.390,30 quilômetros quadrados. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região é de 0,593 (IPECE, 2013).

Além desses aspectos destacados, a região tem reconhecida riqueza cultural e, conforme destaca Silva (2019), seu nome é devido aos indígenas que habitavam a região, os povos *Kariris*.

O território é classificado como de alto índice de vulnerabilidade social, por ser constituído pelo semiárido nordestino. Duarte (2023a) aponta que a escassez de água no Nordeste, em específico no Cariri, é um dos problemas que afetam a população local.

Duarte (2023a), com base em Giusto e Ribeiro (2019), especifica que a infraestrutura, o capital humano e a remuneração são fatores importantes; todavia, a educação mostra-se como um fator fundamental, tendo em vista que é possível observar que, no âmbito escolar, a tendência é valorizar mais outros padrões que envolvem a sociedade, mas não os da comunidade em que o estudante está inserido, gerando, dessa forma, além das desigualdades sociais, um afastamento dos habitantes da comunidade.

No que destaca a literatura sobre a vulnerabilidade social na região, observa-se que as altas taxas de empregos informais constituem, segundo Alves e Mascarenhas (2014), a persistência da desigualdade social, fato que, para esses autores, necessita de maior intervenção estatal, levando em conta que a região do Cariri é constituída por áreas climáticas em que existem os vales úmidos, lugares em que a seca é menos intensa, como é o caso da Chapada do Araripe e regiões em que o semiárido (seca) se intensifica mais.

[...] considerado os diferentes pontos de vista, o Cariri, a Chapada do Araripe e o Alto Sertão paraibano constituem uma região geográfica bem definida, com características geográficas comuns, identidade cultural própria, sentido de pertença e vocações econômicas complementares. Trata-se de um espaço interestadual de relativa homogeneidade edafoclimática, com solos profundos e bem drenados, relativamente férteis, apropriados a diferentes culturas agrícolas, segundo os microclimas que se situam na suave transição entre os vales úmidos e o semiárido (COSTA, 2006, p. 5, *apud* ALVES; RODRIGUES, 2013, p. 253).

Vale destacar que, nos territórios predominantemente rurais, a falta de disponibilização de saúde, renda, infraestrutura e educação de qualidade é um fator que precisa, segundo Neto *et al.* (2022), de atenção especial, por parte do setor público, tendo em vista que essas regiões sofrem com o difícil acesso ao meio urbano para a busca desses recursos e a dificuldade de encontrar serviços de qualidade próximos às residências dos moradores.

Ao caracterizar a região do Cariri como um território rural, semiárido e com altas taxas de vulnerabilidade social, evidencia-se como os professores dessa localidade buscaram implementar, diante das dificuldades advindas da pandemia, o programa Mais Paic. Será que esses aspectos de vulnerabilidade atrelados à região afetaram a implementação?

Por fim, Nogueira e Silva (2022) complementam esse debate ao argumentarem que as escolas inseridas nesses ambientes refletem a realidade de falta de acesso a infraestrutura de qualidade, bem como, mesmo que as famílias tenham acesso à educação, por meio das escolas rurais, esse

atendimento está condicionado à exclusão geoespacial que vivenciam, fator esse atrelado aos fenômenos do insucesso escolar nesses territórios.

## 4. Resultados e discussões

### 4.1 Perfil dos respondentes

Apresentamos, nesta sessão, no Quadro 1, o perfil dos respondentes selecionados. Os nomes são fictícios, de forma a preservar a imagem dos entrevistados. Os demais dados são verídicos, conforme apontado pelos respondentes.

**Quadro 1** - Perfil dos respondentes

Nome	Formação mais alta	Sexo	Tipo de Vínculo	Tempo de Experiência	Município
Amanda	Licenciatura	Feminino	Concursado/Efetivo	26 anos ou mais	Santana do Cariri
Andreia	Licenciatura	Feminino	Contrato Temporário	26 anos ou mais	Santana do Cariri
Alana	Licenciatura	Feminino	Concursado/Efetivo	26 anos ou mais	Salitre
Bianca	Licenciatura	Feminino	Contrato Temporário	15 a 25 anos	Salitre
Carla	Licenciatura	Feminino	Concursado/Efetivo	26 anos ou mais	Penaforte
Damiana	Licenciatura	Feminino	Contrato Temporário	Primeiro ano	Penaforte

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Todas as docentes são formadas, possuem licenciatura e pertencem ao sexo feminino. Foi selecionado um professor concursado e outro com contrato temporário, seguindo a ordem de tempo de experiência. Os municípios selecionados para a pesquisa foram Santana do Cariri, Salitre e Penaforte. A seguir, constam as respostas dos docentes e a análise interpretativa relacionada com a literatura do ciclo de políticas públicas.

### 4.2 A implementação do Mais Paic no Cariri e a pandemia da Covid-19

Quando foi solicitado aos professores para que comentassem sobre os desafios dos seus alunos com relação à aprendizagem na idade certa, os docentes de Santana do Cariri apontaram:

*Muitos desafios para a aprendizagem (ANDREIA, 2022).*

*Estão se desenvolvendo (AMANDA, 2022).*

Já os professores de Salitre destacaram aspectos importantes, como a ausência das famílias e a falta de atenção:

*Falta de atenção (ALANA, 2022).*

*Falta de acompanhamento familiar (BIANCA, 2022).*

Os professores de Penaforte, por sua vez, revelaram, em suas respostas, um cenário desafiador, conforme destacado:

*Bem desafiador (DAMIANA, 2022).*

*É muito desafiador para o orientador pedagógico, devido às diferenças entre o alunado, isto é, nem todos acompanham no mesmo ritmo (CARLA, 2022).*

Observa-se, com base na literatura, que os alunos, para as duas professoras de Santana do Cariri, ao mesmo tempo em que estão se desenvolvendo enfrentam desafios em sua aprendizagem. Já no município de Salitre, a inexistência de acompanhamento familiar e a falta de atenção são fatores determinantes que precisam de maior dedicação. Em Penaforte, os professores consideram desafiador o novo cenário, bem como revelam que os alunos não estão acompanhando no mesmo ritmo.

Damasceno, Chaves e Dias (2022) destacam que os alunos do 3º, 4º e 5º anos enfrentam mais dificuldades no que diz respeito à leitura e interpretação. Para os autores, é necessária uma recomposição das aprendizagens.

Silva *et al*, (2022) também informam que os documentos foram implementados de forma a atender a demanda dos professores, mas que a iniciativa não foi suficiente, diante da alta demanda decorrente do período da pandemia.

A literatura salienta que, quando a implementação das políticas públicas não é compreendida da forma correta, o implementador tende a modificar a política, de forma a atender aos beneficiários, e essas alterações seguem as crenças e valores da burocracia de nível de rua que usa a discricionariedade para atender à população (LOTTA, 2019; LIPSKY, 2019).

Quando foi solicitado aos professores que comentassem as ações realizadas na sua escola durante a pandemia para promover a aprendizagem, os profissionais de Santana do Cariri destacaram as seguintes atividades:

*Aula remota (ANDREIA, 2022).*

*Vídeo aulas, atividades xerocadas entregues em domicílio (AMANDA, 2022).*

Já os professores de Salitre apontaram, em suas respostas, que foram utilizados alguns recursos, em especial;

*Apostilas (ALANA, 2022).*

*Visitas, premiação para alunos destaques e outros (BIANCA, 2022).*

Os professores de Penaforte, por sua vez, responderam que os docentes tiveram o apoio da gestão, mas que foram feitos encontros para que pudessem promover soluções educativas.

*Nesse período, eu não estava em sala de aula, mas acredito que os professores tiveram todo apoio da gestão (DAMIANA, 2022).*

*Encontros on-line, para promover soluções (CARLA, 2022).*

Em Santana do Cariri, os professores tiveram a preocupação de conseguir chegar até os estudantes sem acesso à internet. A promoção das aulas remotas foi um fator destacado pelas professoras, mas as atividades xerocadas e entregues nas casas foi uma ação discricionária que não foi vista nas respostas dos demais municípios. De certo, os professores tiveram a liberdade para implementar a política seguindo suas crenças e valores (LOTTA, 2019).

Silva *et al.* (2022) destacam que, no Ceará, foram tomadas decisões importantes e elaborados diversos documentos norteadores para os professores. No entanto, os municípios tiveram a liberdade de ação, conforme cada realidade. Em Salitre, os entrevistados destacaram que utilizavam apostilas e havia visitas e premiação para os estudantes. Em Penaforte, os professores tiveram o apoio da gestão e havia encontros *on-line* para promover soluções de problemas mais complicados.

Observamos, com base em Silva *et al.* (2022), que boa parte dos professores encontrou dificuldade na implementação do Mais Paic, pois muitos não tinham acesso à internet, e a falta de recursos no tempo hábil foi um dos grandes empecilhos dos docentes.

No contexto da pandemia, sob o argumento do acordo de cooperação com os municípios para o desenvolvimento da aprendizagem na idade certa, o estado do Ceará prosseguiu desenvolvendo formações continuadas com os(as) docentes do ensino fundamental, por meio do uso da Plataforma Google Classroom, implementada pelo governo do Ceará. Por este meio tecnológico, os(as) formadores(as) municipais e os(as) docentes passaram a receber as formações ao passo que também, aos poucos, iam aprendendo a utilizar as tecnologias. Cabe destacar, portanto, que enquanto muitos(as) docentes apresentavam dificuldades em ensinar utilizando as tecnologias, boa parte não possuía sequer um celular com internet que suportasse o envio e o recebimento de vídeos, mensagens e imagens, simultaneamente (SILVA *et al.*, 2022, p. 11).

Silva, Carvalho e Oliveira (2020) destacam que a estratégia de aulas remotas explicitou a grande dificuldade de acesso e o nível de exclusão digital das pessoas. A classe mais pobre é a que menos tem acesso e, segundo as autoras, seria preciso propor um novo modelo de aula para atender à demanda de professores e alunos que não tinham acesso à internet.

A ação discricionária é utilizada como um aporte dos professores que, mesmo sem acesso à internet e sem as orientações da política, souberam lidar com as aprendizagens, de forma a atender os estudantes segundo o que eles acreditavam estar correto. A ação discricionária pode, por vezes, ser benéfica à política e, por vezes, não, pois é capaz de selecionar quem terá o direito ao acesso com qualidade (LOTTA, 2019).

No questionário, foi pedido aos professores para que comentassem sobre as orientações recebidas pela SME, ou Crede, no decorrer da pandemia, que os ajudaram a ministrar as aulas remotas. Os professores de Santana do Cariri apontaram os seguintes atributos:

*Aplicação de aulas usando vídeo e etc.* (ANDREIA, 2022).

*O uso midiático* (AMANDA, 2022).

Os professores do município de Salitre destacaram os seguintes apontamentos, em suas falas:

*Foram realizadas formações remotas, orientações e apoio* (ALANA, 2022).

*Materiais oferecidos* (BIANCA, 2022).

Os professores do município de Penaforte destacaram a importância da conexão à internet e como superaram as dificuldades.

*Valorizar a conexão com os alunos e ficar atento aos alunos com dificuldade* (DAMIANA, 2022).

*Materiais impressos, para promover aprendizagem* (CARLA, 2022).

Nas falas dos professores de Santana do Cariri, constou a aplicação das mídias sociais. Os professores de Salitre já apontaram o recebimento de materiais que foram ofertados e formações e orientações remotas. Os professores de Penaforte, destacaram o uso de materiais impressos que promoveram a aprendizagem, bem como a orientação de que deveriam ficar atentos aos estudantes e às suas dificuldades.

Souza, Pereira e Fialho (2021) apontam, em seu estudo, que o estado do Ceará enfrentou extensa crise denominada de dimensão negativa, já que o ensino remoto só poderia ser utilizado pelos estudantes com condições financeiras de ter acesso à internet.

Silva *et al.* (2022) ainda apontam que muitas foram as orientações da Secretaria de Educação (Seduc), mas devido a formações e práticas pedagógicas engessadas diversos fatores foram perdidos e muitos alunos prejudicados na sua aprendizagem.

Souza, Pereira e Fialho (2021, p. 13) apontam que: "entre as ações positivas propostas pela secretaria de educação, há a entrega de material

didático impresso e livro didático aos estudantes sem meios tecnológicos”, confirmando o que foi destacado por uma das professoras.

Além disso, as autoras citam que o Ceará investiu fortemente em ferramentas digitais, no entanto, podemos observar, tanto na literatura quanto na fala das professoras, preocupação com as crianças sem acesso à internet.

Destacamos, aqui, a conveniência de investidas futuras para compreender quais são os maiores desafios enfrentados pelos professores, bem como pesquisas que dialoguem a respeito da forma como os professores vão utilizar sua liberdade de ação para implementar a política.

Os professores, quando solicitados a comentar as ações realizadas em suas escolas, no retorno às aulas, destacando as estratégias para garantir o aprendizado dos alunos e reduzir a evasão escolar, destacaram os seguintes apontamentos:

*Muitas estratégias levando em consideração a realidade da turma (ANDREIA, 2022).*

*Reunião de pais e busca ativa de alunos que não faziam as devolutivas (AMANDA, 2022).*

Os professores de Salitre, por sua vez, destacaram, diante dos fatos ocorridos, os seguintes pontos:

*Foram realizadas formações remotas, orientações e apoio (ALANA, 2022).*

*Acolhimento especial para a família e alunos (BIANCA, 2022).*

Os professores de Penaforte destacaram, em suas falas, alguns aspectos importantes da implementação do programa.

*Receber essas crianças com todo carinho e amor, reduzir a evasão a buscar ativa (DAMIANA, 2022).*

*Reunião família escola. Acredito que vivemos tempos difíceis, que iremos colher frutos demorados de aprendizagem satisfatória (CARLA, 2022).*

Na fala dos professores de Santana do Cariri, destaca-se que estavam preocupados em buscar os alunos que não estivessem realizando as atividades. A eficácia da política depende, portanto, dos seus agentes implementadores. Podemos destacar aqui pontos importantes que merecem investigações mais profundas: De que forma Santana do Cariri realizou essas buscas ativas? Como os professores fizeram as articulações com os pais, em tempos de pandemia?

Vemos essas questões como hipóteses para futuras investidas, tendo em vista a necessidade de investigar o caso de forma profunda. Os professores de Salitre destacaram as formações remotas e orientações que apoiaram a atuação docente, da mesma forma que era feito um acolhimento especial das famílias. A

partir disso, hipóteses surgiram: Como, em Salitre, eram realizados esses acolhimentos familiares? Estudos qualitativos mais aprofundados podem responder a tais questões levantadas aqui.

Na fala dos professores de Penaforte, percebemos que a afetividade é um conceito importante para o atendimento das crianças e famílias. Souza, Pereira e Fialho (2021) destacam que muitos foram os danos causados pela pandemia da Covid-19 aos cearenses. Os desfalques educacional e emocional foram um adendo forte destacados por Damasceno, Chaves e Dias (2022), que apontam a recomposição da aprendizagem como um caminho de possibilidades para a ampliação do programa. As emoções e a aprendizagem são fatores que se ligam, conforme Mahoney e Almeida (2005), no entanto, esses fatores necessitam dialogar com a realidade dos estudantes.

Por meio da fala dos entrevistados, procurou-se compreender como os professores implementaram o Mais Paic no Cariri. Identificamos que diversas foram as práticas voltadas a consolidar a implementação da política, como é o caso de ações de busca ativa, aulas por vídeo ou remotas, formações docentes, acolhimento das famílias e dos estudantes.

Algumas hipóteses consideradas, diante disso, contemplavam se, de fato, tais ações foram determinantes para diminuir os impactos causados pela pandemia. Também abrimos espaço para os seguintes questionamentos: Como os professores do Cariri têm se articulado em relação às defasagens de aprendizagem?

Observamos também que a Crede e a SME tem articulado com as escolas formas de proporcionar diretrizes e documentos importantes, como foi o caso das Orientações Curriculares Prioritárias, e que, apesar de não ter sido mencionado pelos professores, se trata de um documento importante, na qual Silva *et al.* (2022) destacam que o trabalho com as habilidades e competências devem ser desenvolvidas pelos professores, mas que, ao longo do tempo, se tornou uma prática docente engessada.

## 5. Considerações finais

Neste artigo, a proposta foi analisar a implementação do Mais Paic no contexto de pandemia da Covid-19 partindo da percepção dos professores sobre a política educacional. Para tal, foi utilizada a abordagem quantitativa e a análise interpretativa, que resultaram no conhecimento de que os professores do Cariri utilizam estratégias particulares, no que diz respeito à política educacional e usam a discricionariedade nas ações de implementação. Essas ações são baseadas em suas crenças e valores, isto é, naquilo que acreditam ser o correto.

Percebemos, nesse aspecto, indícios de como a discricionariedade influencia na implementação da política educacional, da mesma forma que identificamos que o Ceará, ao implementar as Orientações Curriculares Prioritárias do Ceará (OCPCs), teve por intenção organizar e estruturar o Mais Paic, mas nem todos os municípios aderiram à política, tendo em vista que a literatura apontou ser uma prática importante, mas que se tornou engessada.

O acolhimento, as atividades impressas, as videoaulas, atividades e aulas remotas, foram estratégias utilizadas pelos professores para implementar o programa por meio das diretrizes passadas pela SME e Crede.

Os professores dos municípios analisados também deixaram algumas hipóteses em suas falas, como é o caso de como aconteciam essas buscas ativas. Eram feitas diretamente entre professor e aluno, isto é, com contato presencial, ou por vias remotas? As atividades impressas eram sempre entregues por meio de visitas ou os pais tinham que buscar na escola? Tais indícios deixam brechas para estudos futuros que busquem compreender como os professores dessa região articularam tais aspectos na implementação do programa no período pandêmico.

A literatura sobre implementação a considera um ato dinâmico, na qual se destaca a relevância do Mais Paic enquanto política de diminuição dos índices de desigualdades social e educacional. O programa não só promoveu os aspectos educacionais, como também propôs articular com as famílias as questões emocionais e de alimentação.

Por meio das falas das professoras, ressaltam-se indícios de que as formações e o apoio promovido pela SME e Crede não foram suficientes para que os professores implementassem o programa da forma como foram formuladas as OCPCs ou as diretrizes para o período pandêmico, pois foi preciso adaptá-lo à realidade de cada município. Verificou-se que cada um adaptou a política conforme o que acreditava estar correto.

Sendo assim, ressaltamos a importância de estudos qualitativos para compreender como esses professores aderiram às orientações dadas pela SME e Crede, bem como uma pesquisa que dialogue com as hipóteses levantadas nesta investigação, de forma que as questões aqui destacadas possam ser desvendadas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Christiane; RODRIGUES, Anderson. Elementos para pensar territorialidades e desenvolvimento sustentável na Mesorregião Sul Cearense. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, n. especial, p. 251-274, 2013.

ALVES, Christiane; MASCARENHAS Evânio. **Ceará**: recortes de uma economia em transformação. 1. ed. Crato: RDS Editora, 2014.

ALBULQUERQUE, Francisco. Estado e municipalização do ensino no Ceará: Entre o regime de colaboração e a lógica do ajuste estrutural. **O Público e o Privado**, n. 5, v. 3, jan./jun. 2005.

BARRETT, Susan. Implementation studies: Time for a revival? Personal reflections on 20 years of implementation studies. **Public Administration**, v. 82, n. 2, p. 249-262, 2004.



CEARÁ. **PPA**. Participativo (2020-2023). Secretária de planejamento sustentável. Caderno Regional do Cariri. 2021.

CEARÁ. **Educação do Ceará em tempos de pandemia**: Experiências municipais / Onélia Maria Moreira Leite de Santana (org.). [et al.]. Fortaleza: Seduc: EdUECE, 2021.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Regime de colaboração para a garantia do direito à aprendizagem**: o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) no Ceará. Secretaria da Educação, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Fortaleza: Seduc, 2012.

DAMASCENO, Gerviz; CHAVES, Edmilson; DIAS, Idalina. Recomposição da aprendizagem: Caminho e/ou possibilidade através do programa Mais Paic. **Revista Epistemologia e Práxis Educativa - EPEduc**, Piauí, v. 5, n. 3, p. 1-18, e022xx, 2022.

DUARTE, Rodrigo Gonçalves. **A implementação do programa aprendizagem na idade certa – mais paic no Cariri cearense**. São Paulo, 2023. 304 f. Orientador: Prof. Dr. Eric Ferdinando Passone. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Cidade de São Paulo, 2023a.

DUARTE, Rodrigo Gonçalves. A abordagem quantitativa nos estudos sobre políticas educacionais no Brasil. **@rquivo Brasileiro de Educação**, v. 10, n. 19, p. 97 - 117, 2023b.

DUARTE, Rodrigo Gonçalves; DUARTE, Leonardo Felipe Gonçalves; SILVA, Dirceu Santos. Políticas educacionais no retorno das atividades presenciais na pandemia: o caso do Programa de Recomposição de Aprendizagens. **Conjecturas**, v. 22, n. 12, p. 108–128, 2022. Disponível em: <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1538>. Acesso em: 6 mar. 2023.

DUARTE, Rodrigo Gonçalves; RIBEIRO, Vanda Mendes; CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo. O programa de aprendizagem na idade certa do Ceará: Uma visão. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 3.282-3.289, jan. 2022.

FALSARELLA, Ana Maria. O lugar da pesquisa qualitativa na avaliação de políticas e programas sociais. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 20, n. 3, p. 703-715, nov. 2015.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Abordagens teóricas no campo de política pública no Brasil e no exterior: Do fato à complexidade. **Serv. Público**,

Brasília, ed. 69, edição especial, Repensando o Estado Brasileiro, p. 53-84, dez. 2018.

GIUSTO, Silvana Menegoto Nogueira Di; RIBEIRO, Vanda Mendes. A interferência da vulnerabilidade social sobre as oportunidades educacionais nos territórios urbanos. **Revista Educação e Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 10, p.1-14, e-019026, 2019.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Consulta Matrícula**. 2020. Disponível em: [https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FIntegra%C3%A7%C3%A3o%20-%20Consulta%20Matr%C3%ADcula%2F\\_portal%2FConsulta%20Matr%C3%ADcula&Page=Consolidado%20por%20UF](https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FIntegra%C3%A7%C3%A3o%20-%20Consulta%20Matr%C3%ADcula%2F_portal%2FConsulta%20Matr%C3%ADcula&Page=Consolidado%20por%20UF). Acesso em: 23 dez. 2022.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Consulta IDEB**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 06 jan. 2023.

IPEA. **Atlas de Vulnerabilidade social e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2010. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

IPECE. Análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) dos municípios cearenses nos anos de 1991, 2000 e 2010. **Índice de desenvolvimento humano**. Anuário de estatística. 2013. Disponível: [https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2012/12/Ipece\\_Informe\\_64\\_12\\_setembro\\_2013.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2012/12/Ipece_Informe_64_12_setembro_2013.pdf) [https://public.tableau.com/views/Tabela10\\_3\\_1/Tabela10\\_3\\_1?:embed=y&:showVizHome=no](https://public.tableau.com/views/Tabela10_3_1/Tabela10_3_1?:embed=y&:showVizHome=no). Acesso em: 23 maio 2022.

IPECE. **Índice de vulnerabilidade social dos municípios cearenses: critérios para a distribuição de recursos do proares III**. Nota técnica. Org. Jimmy Lima de Oliveira; Paulo Araújo Pontes; Adriano Sarquis Bezerra de Menezes. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, Nº 58 – Maio / 2015. Disponível em: [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/NT\\_58.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/NT_58.pdf). Acesso em: 30 abr. 2021.

JESUS, Roseli Batista de. Políticas públicas e o ciclo de políticas: Uma análise da política de Mato Grosso. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, ano XII, n. 24, jul. 2014.

KASMIRSKI, Paula; GUSMÃO, Joana Buarque; RIBEIRO, Vanda Mendes. O Paic e a equidade nas escolas de ensino fundamental cearenses. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, p. 1-25, set. 2017.



LIMA, Carla da Conceição.; RAMOS, Maria Elizabete Neves; OLIVEIRA, André Luiz Regis de. Implementação de uma política educacional no contexto da pandemia de Covid-19: O Reanp em Minas Gerais. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, e78237, 2022.

LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua**: Dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Brasília: Enap, 2019, p. 55-77.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: Contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. *In*. **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019.

LOUZANO, Paula.; FREITAS, Pâmela Felix; SANTOS, Ariane Faria dos; RIBEIRO, Vanda Mendes; GUSMÃO, Joana Buarque. Implementação de políticas educacionais: elementos para o debate e contribuições para o campo. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v.8, n. 2, p. 102-133, 2018.

MAHONEY, Abigail Alvarenga.; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. Afetividade e processo ensino-aprendizagem: Contribuições de Henri Wallon. **Psicologia da Educação**, n.20, São Paulo, jun. 2005.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os ciclos de aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MINAYO, Maria Cecilia. Análise qualitativa: Teoria, passos e fidedignidade. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, mar. 2012, p. 621-626.

NETO, Luis Lopes; SILVA, Flora Viana; BARBOSA, Ana Caroline; CARNEIRO, Fernando Ferreira; PESSOA, Vanira Matos. Condições de vida e saúde de famílias rurais no sertão cearense: desafios para Agenda 2030. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 132, p. 148-162, jan-mar, 2022.

NOGUEIRA, Marlice de Oliveira; SILVA, Luciano Campos. Escolarização em áreas rurais: a distorção idade-série na ótica dos gestores. **Estud. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 33, e07289, 2022.

PASSONE, Eric Ferdinando. Contribuições atuais sobre o estudo de implementação de políticas educacionais. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n.149, p. 596-613, ago. 2013.

PASSONE, Eric Ferdinando **Fracasso na implementação de políticas educacionais**: Uma abordagem pelo discurso psicanalítico. 2012. 174p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.



RIBEIRO, Vanda Mendes; BONAMINO, Alicia; MARTINIC, Sergio. Implementação de políticas educacionais e equidade: Regulação e mediação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 698-717, jul./set. 2020.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. *In*: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs.). **Políticas públicas**, Brasília: Enap, v. 1, p. 21-42, 2006.

SILVA, Jane. **Um "Oásis" Chamado Cariri**: Instituto Cultural do Cariri, Natureza, Paisagem e Construção Identitária do Sul Cearense (1950-1970) / Jane Silva. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 267 p. 2019.

SILVA, Sirneto Vicente; SILVA, Daniela Glicea Oliveira da; PEIXOTO, Francisca Valéria de Sales; RABELO, Francisca Valéria de Sales; CARMO, Francisca Maurilene do. Pandemia covid-19 e OCPC para os municípios cearenses: Uma análise crítica da formação docente. **Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, v. 11, n. 2, 2022.

SILVA, Sirneto Vicente da.; CARVALHO, Antônio Marcos Rocha de; OLIVEIRA, Antônio Marques de. Os desafios da alfabetização de crianças em tempos de pandemia: Uma análise crítica. *In*: LIMA, Carlos Rochester Ferreira de. (org.). **Reflexões sobre a língua materna**: Alfabetização, letramento e ensino de português. Mossoró: Queima Bucha, 2020.

SOUZA, Ana Carolina Braga de; PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes; FIALHO, Lia Machado Fiuza. A história da educação do Ceará em tempos de pandemia e o ensino remoto: Memórias, conjuntura social e ressignificação do trabalho docente (2020-2021). **Revista Liberato**, Novo Hamburgo, v. 22, n. 37, p. 1-120, jan./jun. 2021.

SUMIYA, Lilia Asuca; SANO, Hironobu. Coalizão advocatória e aprendizado nas políticas públicas: As mudanças nas convicções. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, e235134, 2021.

Recebido em: 15 de janeiro de 2023.  
Aceito em: 09 de março de 2023.  
Publicado em: 17 de abril de 2023.